

O próximo governo terá pouco para gastar

Em 1985, a emissão da moeda só será 60% maior que a deste ano e o novo governo ainda terá de resgatar Cr\$ 16,2 trilhões em títulos públicos.

O Conselho Monetário Nacional aprovou ontem drásticas medidas de contenção para serem cumpridas pelo próximo governo. Além de prever que a base monetária só crescerá 60% em 1985, o CMN praticamente extinguiu o orçamento monetário que passa a ser uma conta do orçamento do Tesouro, com o nome de "programação monetária". E retirou a atribuição de autoridade monetária do Banco do Brasil — aparentemente contrariando a promessa do presidente Figueiredo de que a reforma bancária seria deixada para o próximo governo. No entanto, segundo o presidente do BB, Oswaldo Colin, somente o Congresso tem poderes para retirar esta atribuição do banco.

Seja como for, em sua última reunião plenária deste ano, o CMN apreciou uma pauta de 97 itens, a maioria dos quais já adotados em decisões para posterior homologação ou em "reuniões telefônicas".

O Conselho elevou para US\$ 1.000 o limite máximo de dólares que cada turista pode levar em viagens à Europa e Estados Unidos, e de US\$ 500 para viagens à América Latina, restabelecendo assim os valores em vigor antes da crise cambial do final de 1982.

O Conselho também aprovou: 1) o novo regulamento disciplinador das operações de arrendamento mercantil;

2) a elevação, de 12% para 24%, dos juros pagos pelos mutuários inadimplentes nas operações de crédito rural e agroindustrial;

3) a operação de financiamento de estoque regulador de carne bovina, tendo como fonte de recursos a dívida dos frigoríficos junto ao Banco do Brasil.

Programação monetária

A programação monetária para 1985, que contém apenas as aplicações do Banco Central como autori-

AS PRINCIPAIS DECISÕES

1. Expansão da base monetária em 60% (5% no primeiro trimestre de 1985; mais 16% no segundo; mais 15% no terceiro e mais 26,2% no quarto).
2. Expansão de apenas 60% na oferta da moeda.
3. Transferência de Cr\$ 42 trilhões do orçamento fiscal para o monetário.
4. Eliminação do subsídio ao trigo em junho de 1985.
5. Resgate de títulos públicos no montante de Cr\$ 16,2 trilhões.
6. Novo regulamento das operações de arrendamento mercantil.
7. Homologado o limite de US\$ 1.000 para viagens ao Exterior.
8. Elevação de 12% para 25% dos juros para atrasos nos pagamentos do crédito rural.

dade monetária, substituirá o orçamento monetário, que deixará de existir em face da implementação da reforma bancária que excluiu o Banco do Brasil da condição de autoridade monetária. O ministro da Fazenda, Ernane Galvão, explicou que o orçamento do Banco do Brasil será aprovado separadamente, da mesma forma que os orçamentos dos demais bancos federais.

De acordo com o documento da programação monetária, "o objetivo básico da ação do governo em 1985 é o de continuar o processo de recuperação da atividade econômica, com estabilidade do setor externo, redução dos desequilíbrios do setor público e combate à inflação".

É em nome dessa estratégia de ajuste interno, a mesma que vem sendo adotada desde 1983, que o

governo justificou as rígidas metas monetárias para 1985:

1) expansão da base monetária em 60%, distribuída trimestralmente assim: -5% no primeiro trimestre; +16% no segundo; +15% no terceiro e +26,2% no quarto.

2) expansão de apenas 60% também na oferta de moeda;

3) transferência de Cr\$ 42 trilhões do orçamento fiscal para o monetário;

4) continuidade da política de subsídio direto ao consumo do trigo, para eliminá-lo até junho de 1985, e limitação dos subsídios a Cr\$ 704 bilhões;

5) resgate líquido de títulos públicos federais em circulação junto ao público, no montante de Cr\$ 16,2 trilhões;

6) impacto expansionista de Cr\$ 20,586 bilhões nas operações do setor externo, correspondente ao

superávit comercial não utilizado com os pagamentos externos.

A programação monetária para o próximo ano incluiu ainda dispêndios de Cr\$ 1.720 bilhões com preços mínimos; Cr\$ 8.127 bilhões para fundos e programas; Cr\$ 2.238 bilhões para a conta açúcar; Cr\$ 495 bilhões para estoques reguladores e Cr\$ 1.500 bilhões para cobrir o déficit do Iapás.

Como os bancos privados serão responsáveis pelo suprimento de crédito às exportações, estão previstos para 1985 apenas os retornos das operações realizadas no primeiro semestre deste ano. Em compensação, o valor estimado para o fluxo anual dos recursos próprios do Banco Central deverá alcançar Cr\$ 1.043 bilhões.

O ministro da Fazenda, Ernane Galvão, assegurou que toda essa programação é consistente com uma taxa inflacionária de 120% no próximo ano, acrescentando que as transferências de recursos fiscais para a autoridade monetária, que

efetivamente somarão Cr\$ 44.652 bilhões, são suficientes para cobrir a programação da área externa, as operações do Banco Central no mercado aberto e a programação do governo federal, ficando um resíduo de Cr\$ 6.090 bilhões que constitui a expansão da base monetária.

Galvão anunciou que o Conselho Monetário aprovou também duas resoluções essenciais à execução das metas da programação monetária para 1985: a primeira disciplina o financiamento e as operações de crédito internas e externas do setor público, e a segunda disciplina a liberação de recursos no âmbito da Resolução 63, alterando a programação da liberação dos recursos à conta da Resolução 230, de modo a reduzir o ritmo dessas liberações.

"Programa é bom"

Sobre o programa econômico do candidato Tancredo Neves, o ministro da Fazenda disse que, em sua condição, não era adequado abordar o assunto mas, pelo que ele

leu nos jornais, considera-o bom. Galvão disse que o programa também não é recessivo, lembrando que o País não vive na recessão, devendo crescer este ano em torno de 4%, embora possa e deva crescer mais, nos próximos anos.

O ministro garantiu que o teto de 2,9% do PIB, para o superávit operacional do setor público em 1985, negociado com o Fundo Monetário "é um número factível" e que não levará o País a uma recessão, lembrando que "temos muito potencial para crescer".

Galvão preferiu não responder diretamente às perguntas sobre se a substituição do orçamento monetário pela programação monetária, com a exclusão do Banco do Brasil, não representaria o início da implementação da reforma bancária, afirmando que a reforma bancária já vem sendo implantada há algum tempo, e agora "demos mais um passo".

Ele admitiu que o orçamento do Banco do Brasil, a ser aprovado nos próximos dias, possa conter um limite para a expansão das suas aplicações, para compatibilizá-lo com as metas de expansão da base monetária e dos meios de pagamento.

O diretor de Área de Crédito Rural, Industrial e de Programas Especiais do Banco Central, José Kléber Leite de Castro, disse ontem que o Banco do Brasil e os bancos comerciais fecharão o ano com saldo de aplicações de custeio agrícola de Cr\$ 8 trilhões, suficiente para o atendimento pleno das necessidades da atual safra.

Leite de Castro explicou que as operações de fomento continuam com o Banco Central, sem qualquer mudança. O diretor da Área Bancária do Banco Central, José Luiz Silveira Miranda, ressaltou que os programas de fomento atrapalham o BC na execução da política monetária, mas lembrou que só haverá desembolso de recursos com fontes claramente especificadas.

